

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Muito além da anistia

As explosões próximas ao Supremo Tribunal Federal (STF) e à Câmara dos Deputados levarão a uma revisão completa do sistema de segurança no Legislativo e no Judiciário. Inclusive com investimentos nas áreas de inteligência e contratação de novos policiais.

Por falar em investimentos...

Parte da turma que avalia os cortes orçamentários vai sugerir que os recursos a serem aplicados na área de inteligência e segurança das sedes dos Três Poderes e autoridades sejam preservados e, se possível, ampliados. No Parlamento, já existe muita gente dizendo que não há como fazer economia nessa seara.

... nada está assegurado

Na próxima semana, as pautas em foco da Câmara dos Deputados serão o projeto sobre as emendas parlamentares para destravar o Orçamento, que, de acordo com o deputado Zé Haroldo Cathedral (PSD-RO), "não tem nada pronto". Aliás, a essa altura do campeonato, a cinco semanas do fim dos trabalhos legislativos, sequer a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) foi votada — e nem há prazo previsto para apreciação.

Sem pressa

Como o leitor da coluna já sabe, deputados só querem tratar do Orçamento depois que o ministro Flávio Dino, do STF, liberar as emendas. E as explosões não mudaram em nada essa disposição.

Anistia é problema de Lira e vai para o fim da fila

Integrantes do próprio PL consideram difícil levar adiante a intenção da deputada Bia Kicis (PL-DF) de só apoiar para presidência da Câmara quem se comprometer com o projeto de anistia aos envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023. É que, enquanto o presidente da Casa for Arthur Lira (PP-AL), o líder do Republicanos, Hugo Motta (PB), candidato da maioria, não tratará desse tema. A deputados próximos, Motta já disse que esse problema cabe a Lira. E se esse assunto chegar a fevereiro do ano que vem sem solução, os líderes, conjuntamente com a Mesa Diretora da Casa, seja ela qual for, é que terão que decidir o que fazer, levando em conta serenidade e bom senso.

» » » »

Em tempo: Lira também não pretende tratar desse assunto tão cedo. É que há quase um consenso entre os líderes dos partidos de centro sobre a necessidade de, primeiramente, averiguar qual o grau de conexão do homem-bomba da última quarta-feira, Francisco Wanderley Luiz, com os atos de 8 de janeiro. E como as investigações devem demorar, dificilmente haverá tempo hábil de tratar dessa anistia este ano.



CURTIDAS

Mário Agra/Câmara dos Deputados



Tratamento diferente.../ O deputado Luiz Lima (PL-RJ, foto) lamentou as explosões e afirmou que há diferença de tratamento deste episódio para o atentado do ex-presidente Jair Bolsonaro, em 2018. "Quando Bolsonaro sofreu aquele atentado, todos diziam que era um lobo solitário. E hoje já estão falando que tem que investigar (o homem que jogou bombas no STF) porque não é um lobo solitário", disse.

... mesma dor/ O parlamentar do PL também questionou o porquê de não haver a mesma repercussão quando os deputados do seu partido foram ameaçados por uma influencer. Em vídeo, Festi, uma tiktoker com 1 milhão de seguidores, ameaça sequestrar e botar "um fuzil na cabeça" de parlamentares que não assinaram a Proposta de Emenda Constitucional que reduz a escala de trabalho, hoje de 6x1. "Tem que ter a mesma preocupação. Eu sinto a mesma dor quando os outros são ameaçados. Precisamos trazer o lado mais humano e menos político", comentou.

Sigamos em frente/ Parlamentares ainda estão consternados com atentado terrorista ao STF quarta-feira, mas não a ponto de cancelar as sessões de segunda-feira e de terça-feira, ainda que tenha reunião do G20 no Rio de Janeiro, e seja véspera do feriado da Consciência Negra. O tempo até o recesso é pouco e serviço não falta.

Bom feriado/ Que a data da Proclamação da República traga serenidade para as discussões políticas.

ATAQUE EM BRASÍLIA

Na abertura da sessão da Corte depois das explosões das bombas, ministros Luís Roberto Barroso e Gilmar Mendes atribuem ao ex-presidente e a seus apoiadores o processo de radicalização política, fomentado ao longo de quatro anos de governo

Bolsonarismo na raiz do atentado

» RENATO SOUZA
» RAFAELA GONÇALVES
» LUANA PATRIOLINO

Em reação ao atentado contra o Supremo Tribunal Federal, na quarta-feira, os ministros criticaram duramente a radicalização da política e, sem citar nomes, atribuíram ao ex-presidente Jair Bolsonaro e a seus apoiadores a disseminação dos discursos de ódio que colocaram a Corte no centro dos ataques da extrema-direita. O presidente Luís Roberto Barroso e o decano Gilmar Mendes deixaram claro que o gesto de Francisco Wanderley Luiz, o extremista que se explodiu em frente ao STF, é o mais novo episódio de uma sequência de ataques às instituições da República — sobretudo ao Poder Judiciário — e ao Estado Democrático de Direito.

Ao abrir a sessão, Barroso listou eventos de extremismo relacionado aos bolsonaristas Daniel Silveira (que entre outras afrontas à Corte, disse que o ministro Edson Fachin merecia uma "surra de gato morto") e Roberto Jefferson (que chamou a ministra Cármen Lúcia de "prostituta"), além da deputada Carla Zambelli (PL-SP) — que às vésperas do segundo turno da eleição de 2022 perseguiu, de arma em punho, pelas ruas de São Paulo, um homem que havia feito a ela uma provocação política.

"Em fevereiro de 2021, um deputado divulgou um vídeo com discurso de ódio, ofensas e ameaças aos Ministros do Supremo Tribunal Federal, num grau inimaginável de grosseria e incivildade. Em outubro de 2022, um parlamentar, notório por esquemas variados, desrespeita ordem

do STF e ataca os policiais federais com fuzis e granadas. Disse que era em nome da liberdade. Em outubro de 2022, uma parlamentar persegue de arma em punho um cidadão que havia se manifestado criticamente, em tom, aliás, muito menos grave do que aquele a que todos nós vínhamos sendo submetidos", listou.

Apesar de afirmar que o extremismo deve ser combatido com punições severas, Barroso fez uma exortação à volta da civildade no debate político. "Onde foi que nos perdemos nesse mundo de ódio, intolerância e golpismo? Por que, subitamente, se extraiu o que havia de pior nas pessoas? Porém, mais do que procurar os inspiradores dessa mudança na alma nacional, o que nós precisamos é fazer o caminho de volta à civildade, ao respeito mútuo. Onde foi que perdemos a luz da nossa alma afetuosa, alegre e fraterna para a escuridão do ódio, da agressividade e da violência?", questionou.

Por sua vez, Gilmar afirmou que o atentado de quarta-feira à noite "não é um fato isolado". Para ele, há que se reforçar a necessidade de regulação das redes sociais. Ele ressaltou, ainda, que o discurso de ódio foi fomentado pelo governo Bolsonaro.

"Muito embora o extremismo e a intolerância tenham atingido o paroxismo em 8 de janeiro de 2023, a ideologia rasteira que inspirou a tentativa de golpe de Estado não surgiu subitamente. Pelo contrário. O discurso de ódio, o fanatismo político e a indústria de desinformação foram largamente estimulados pelo governo anterior", apontou.

Mais cedo, em aula magna no Conselho Nacional do Ministério Público, o ministro Alexandre

Fotos: Antonio Augusto/STF



Onde foi que nos perdemos nesse mundo de ódio, intolerância e golpismo? Por que, subitamente, se extraiu o que havia de pior nas pessoas?"

Ministro Luís Roberto Barroso

de Moraes — relator do inquérito que investiga os atos golpistas — reforçou que o ataque ao STF "não é um fato isolado do contexto" e apontou as explosões como o atentado mais grave à Corte desde o 8 de janeiro de 2023. E também responsabilizou Bolsonaro e seu governo pela radicalização política, fomentada pelo chamado "gabinete do ódio" — grupo de auxiliares palacianos do ex-presidente que promoviam ataques e disseminavam desinformações nas redes sociais.

"Queira Deus que seja um ato isolado. Mas é um contexto que

se iniciou lá atrás, quando o famoso 'gabinete do ódio' começou a destilar discurso de ódio contra as instituições e contra o Supremo Tribunal Federal, principalmente", enfatizou.

Sem perdão

Moraes lembrou os atos antidemocráticos e os ataques contra a autonomia do Judiciário, ministros do Supremo e suas famílias. O magistrado destacou a necessidade de pacificação do país, mas defendeu que isso não será feito perdendo criminosos.



O discurso de ódio, o fanatismo político e a indústria de desinformação foram largamente estimulados pelo governo anterior"

Ministro Gilmar Mendes

"Ontem foi uma demonstração de que só é possível essa necessária pacificação do país com a responsabilização de todos os criminosos. Não existe a possibilidade de pacificação com anistia a criminosos", afirmou, referindo-se à PEC da Anistia, que pretende suspender as penas dos condenados pelos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023.

"O criminoso anistiado é um criminoso impune. E a impunidade vai gerar mais agressividade, como gerou ontem, que as pessoas acham que podem vir até Brasília tentar entrar no

Supremo Tribunal Federal para explodi-lo porque foram instigadas por muitas pessoas, lamentavelmente várias, com altos cargos da República", frisou.

O ministro observou que o radicalismo político no Brasil, nos últimos anos, "foi se avolumando sob o falso manto de uma criminosa utilização da liberdade de expressão". "Em nenhum lugar do mundo, ofender, ameaçar e coagir é liberdade de expressão. Isso é crime. Isso foi se agigantando e resultou, a partir da tentativa do descrédito das instituições, no 8 de janeiro", salientou.